



| [A Revista](#) | [Artigos](#) |

ISSN - 1980-9387

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

VOLUME: 1 - NÚMERO: 1 ANO 2006

A Fronteira Agrícola Capitalista da Soja na Amazônia
Carlos Alberto Franco da Silva - (Bibliografia)

Resumo

O objetivo desse artigo é levantar considerações sobre o avanço da fronteira agrícola da soja em áreas de domínios de floresta da Amazônia brasileira. Tal processo tem sido parte integrante da dinâmica de territorialização de grandes corporações do agronegócio que dominam os circuitos mercantil-financeiros do complexo agroindustrial brasileiro. Assim sendo, produtores e lugares se inserem na ordem territorial das corporações, alterando o ecossistema, modos de vida, em favor de um imaginário desenvolvimentista.

Abstract

The objective of that article is going to raise considerations about the advancement of the agricultural frontier of the soy in forest domains areas of the Amazon Brazilian. Such trial has been integral part of the dynamic of the big agribusiness corporations that domains the Brazilian agribusiness. Like this being, producing and places are inserted in the territorial order of the corporations, altering the ecosystem and ways of life.

I- Introdução

Na era do biopoder e da discussão sobre o biodiesel, pensar ainda no avanço da soja na Amazônia parece uma discussão fora da ordem do dia. Todavia, os processos, ainda que com menor velocidade, de expansão da soja sobre áreas de florestas da Amazônia, estão em curso. Logo, grupos sociais, lugares e territórios são atingidos pela difusão de formas hegemônicas de apropriação e constituição de territórios. Nesse cenário, as corporações nacionais e multinacionais do agronegócio jogam um papel importante na definição de áreas potenciais para o fomento à lavoura de grãos na Amazônia, a fim de consolidar novos corredores de exportação e ampliar áreas de influência. Neste artigo, o objetivo básico é destacar alguns das práticas socioespaciais promovidas pelas corporações em áreas selecionadas na Amazônia, onde se dá o avanço da lavoura de grãos. As considerações reveladas não são conclusivas, pois demandam pesquisas exploratórias, mas já apontam para a necessidade de um debate acadêmico e político, a fim de garantir a sustentabilidade das comunidades e grupos sociais desterritorializados e/ou resistentes à transformação socioespacial tributária da ação de grandes produtores e corporações.

2-A fronteira agrícola capitalista brasileira

A fronteira agrícola capitalista brasileira é um processo social que reflete e condiciona a (re)produção de um espaço geográfico através da incorporação de terras e mão-de-obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos e marginalizados. No encontro de territorialidades distintas e conflitantes, e dependendo do grau de resistência dos grupos sociais à subordinação dos interesses capitalistas, o avanço da fronteira pode provocar uma desterritorialização e/ou reterritorialização de tempos sociais divergentes, a fim de impor um novo ordenamento territorial e a inserção desse espaço

nos mecanismos de reprodução do capital em escalas nacional e global. Neste ponto, a leitura de fronteira em tela assume uma dimensão geopolítica sugerida por Becker (1988).

Do ponto de vista geográfico, a fronteira expressa, em linhas gerais, expansão agrícola em área, concentração fundiária, transformação das relações de produção (êxodo rural e emergência de um exército de bóias-frias) e conflitos fundiários; modernização da base técnico-produtiva, implantação da rede de fixos (armazéns, indústrias, latifúndios, centros de pesquisa, bancos, cidades, empresas, distribuidoras, portos, etc) e de fluxos de informação, capitais, mercadorias e mão-de-obra, integração espacial em diversas escalas geográficas, extensão da fronteira urbano-industrial de um país, desterritorialização, territorialização e marginalização de grupos sociais e/ou lugares.

A fronteira capitalista, em áreas de domínio das atividades agrícolas e pecuárias, implica a instalação de latifúndios, empresas agrícolas, inserção de propriedades menores aos mecanismos de acumulação, bem como a expropriação do campesinato e de grupos sociais diversos (índios, posseiros, seringueiros, garimpeiros, etc). Sendo fruto das contradições do capitalismo, a paisagem geográfica da fronteira torna-se, portanto, palco de duas lógicas de apropriação da terra que se articulam em torno de sua posse e do trabalho aí presente e da noção de propriedade jurídica da terra, sem que haja, necessariamente, seu uso produtivo (Becker, 1988). Há também a posse indígena que não é, necessariamente, qualquer das duas lógicas verificadas por Becker. Desse modo, a fronteira é expressão das contradições socioespaciais do capital em áreas sob conflitos fundiários de diversa ordem de grandeza. Apesar da resistência de grupos sociais marginalizados e excluídos pelo avanço do capital, a fronteira agrícola capitalista tem confirmado seu avanço sob a periferia nacional, nas últimas décadas, sobretudo em áreas do cerrado brasileiro e de florestas equatoriais.

No contexto das transformações no campo brasileiro, a partir de 1970, o avanço da fronteira significou uma maior interação espacial de áreas periféricas com espaços urbano-industriais, em escalas nacional e internacional, em face dos pressupostos da Revolução Verde e do processo de industrialização e urbanização do país, ao longo da crise energética mundial e das políticas territoriais do Estado de estímulo à constituição de corredores de exportação de produtos agrícolas e de complexos agroindustriais via pólos de desenvolvimento.

Se o território usado é, dentre outras definições, reflexo e condição das práticas sociais, ou seja, é a expressão da própria formação social, a fronteira constitui espaço em incorporação à dinâmica dos espaços global e nacional e se materializa a partir de pré-requisitos de uma ordem territorial preexistente nas áreas por onde ela se expande. Assim sendo, emerge a importância do quadro natural e dos territórios constituídos.

Entretanto, os territórios preexistentes podem se tornar empecilho à reprodução do capital na fronteira. Logo, investimentos em pesquisa, em redes técnicas (transporte, telecomunicações e energia) e processos de desterritorialização de grupos sociais (camponeses, garimpeiros, nações indígenas, etc.), emancipação de municípios e criação de cidades se acentuam durante o período de abertura da fronteira.

A fronteira é um espaço não plenamente estruturado. Dependendo da forma de apropriação, das relações sociais e dos conflitos e interesses dos grupos aí constituídos, tem-se a formação de projetos políticos distintos, que transformam continuamente a fronteira. Esse espaço de manobras e conflitos entre frações do capital e demais grupos, torna-se, portanto, um gerador de alternativas à dinâmica da fronteira (Becker, 1988). Nesse sentido, é difícil entender o próprio significado dessa dinâmica tal a profusão de contradições inerentes aos mecanismos de reprodução ampliada do capital que ali se apresenta.

De um modo geral, isso acontece porque a fronteira capitalista que se apresenta, em grandes áreas do cerrado brasileiro, é produto de uma ordem territorial nacional/global, vinculada a uma prática de fragmentação político e estratégica de espaços regionais e/ou locais, através de interesses privados nacionais e internacionais.

A partir da década de 1990, a apropriação monopolista do espaço, tendo o Estado como grande gestor, se enfraquece. Entretanto, as redes de integração espacial, mobilidade do trabalho e a urbanização ainda constituem as grafias da fronteira e quesitos à ordenação dos territórios das grandes corporações agroindustriais.

A idéia de uma fronteira de integração e articulação de partes fragmentadas de um território através das redes das corporações pode servir para a análise da dinâmica do capital. Isso porque o movimento de abertura de uma fronteira agrícola capitalista permite a expansão das forças capitalistas em diversas escalas geográficas. Para tanto, diferentes processos de trabalho concreto, presente em lugares distintos, devem ocorrer conjuntamente no mercado. De acordo com Smith (1988), a integração espacial de diferentes formas de produção de mercadorias em diversos locais é uma das necessidades básicas do capital no seu movimento de extensão territorial.

Assim sendo, o avanço da fronteira agrícola da soja na Amazônia requer compreendê-la como processo que expressa formas, estruturas, movimentos e interações espaciais, ou seja, um ordenamento territorial particular.

3- A dinâmica da fronteira na Amazônia Brasileira

A dinâmica territorial promovida pela expansão da fronteira da soja na Amazônia constitui processo de apropriação privada de enormes chapadas, campos abertos e de matas, de modo a inserir lugares às redes de modernização agrícola de conexões globais vinculadas às práticas das corporações do agronegócio. Assim sendo, a força da grande empresa traz como consequência um recorte vertical do território amazônico com repercussões no cotidiano das populações locais. Os territórios preexistentes são desorganizados e reorganizados em seus usos, a fim de atender a lógica dos circuitos mercantis, produtivos e financeiros em escala planetária.

Na Amazônia, a dimensão espaço-temporal da fronteira agrícola tem sido muito estudada, nas últimas décadas. Todavia, o avanço da soja adiciona maior complexidade: potencializa o desmatamento e a velocidade das mudanças no uso do território, empurrando a fronteira da pecuária e grupos sociais para áreas marginalizadas pelo grande capital.

Tal cenário remete à necessidade de (re)descobrir as forças confrontantes, as corporações, e suas estratégias, conhecendo-as por dentro. Até porque o capital não é uma força sobrenatural. A corporação é, na verdade, o empresário e seu olhar e leitura particular e diferenciada do espaço geográfico. É esse olhar que se coloca como importante eixo de investigação científica. Se o senso-comum é um ponto de partida para situar os impactos da corporação nas diversas Amazônias, conforme alerta Gonçalves (2001), entender a construção das territorialidades dos empresários sobre lugares selecionados na Amazônia é um dos desafios da pesquisa. Os arranjos territoriais se manifestam de forma complexa e requerem sua compreensão no âmbito da empresa em suas múltiplas dimensões (econômica, política e simbólica) e categorias (redes e fronteiras) que constituem o território usado das corporações.

O ordenamento territorial imposto pelas corporações é marcado por um conteúdo técnico que viabiliza a inserção dos produtores (nem sempre grandes produtores) nos circuitos globais de capital, informação e mercadorias. Desse modo, o sistema de objetos não é apenas técnico, mas também social, ou seja, é reflexo e condição de ações políticas que participam da produção de uma ordem territorial dinâmica e funcional que se transforma em função dos padrões de produção e regulação capitalista.

Tal processo gera alguns conflitos, já que reflete impactos ambientais, concentração fundiária, sujeição dos produtores aos esquemas de financiamento à produção, em face do padrão produtivo que se instala. Além disso, no encontro de culturas diferentes, os valores culturais etnocêntricos trazidos pelos grandes proprietários sulistas, a partir da ideologia da modernização, se contrapõem aos das estruturas sócio-culturais preexistentes na região.

Cabe ressaltar que o ordenamento territorial em rede da fronteira capitalista implica inserção de lugares em redes horizontais e verticais. De um lado, temos as extensões horizontais que revelam o cotidiano nas áreas de produção de soja, algodão e milho, que se agregam por contigüidade ou por descontinuidade. De outro lado, há vários lugares dispersos, mas integrados em rede, que respondem pela circulação, distribuição e consumo da mercadoria e pelos fluxos de regulação e intercâmbio intercapitalista. Esse recorte define as verticalidades, ou seja, a integração dos locais ou lugares no espaço de fluxos de informação, produção, financeiros e de gestão.

O ordenamento territorial da fronteira, sob a égide das corporações, não só estabelece horizontalidades e verticalidades, como também reforça uma relação cotidiana das empresas com produtores e políticos enquanto estratégia de eficácia política. A rede política constituída fortalece interdependências horizontais.

Assim sendo, vale destacar que o ordenamento territorial em áreas de fronteira não só revela as articulações sócio-produtivas, as representações simbólicas contidas no arranjo espacial do sistema de objetos técnicos, mas também as redes de poder que são parte integrante da dinâmica dos agentes responsáveis pelo processo de acumulação de capital. As redes de poder em termos de tecnologia, finanças, controle da produção e comercialização são constituídas por redes políticas, ou seja, alianças estratégicas intercapitalista e com grupos representativos do aparelho político de prefeituras e governos estadual e federal. Em alguns momentos, rede de poder e rede política se confundem e se condicionam. Logo, a corporação produz redes territoriais políticas, revelando as mediações de interesses e a captura de diversas instâncias de poder das ações coletivas e individuais localizadas em escalas geográficas distintas. De acordo com Paulillo (2000:8), uma rede política se caracteriza pela complementaridade dinâmica e pelo poder de dominação. Assim sendo, a articulação dos fluxos tecnológicos e produtivos com a rede de poder legítima ações de grupos no interior da fronteira. O domínio das corporações, no âmbito de consolidação da fronteira, promove mecanismos de integração estratégica especializada dos produtores, partidos políticos e de governos e da própria população, já que é importante algum nível de comprometimento territorial com os lugares. A coordenação política das redes de poder na fronteira ratifica especificidades locais e regionais, reforçando a densidade das conexões e o ordenamento territorial projetado sobre áreas da Amazônia.

Desse modo, trata-se, de um lado, da temática da fronteira, entendida como frente de corporatização de território. De outro, o estudo das localidades enquanto reflexo e condição das práticas das corporações como agente social intervindo decisivamente no

processo de produção do espaço. Para tanto, lugares selecionados, tais como Vilhena (RO), Pedro Afonso (TO), Humaitá (AM), Querência (MT), Santarém (PA) e Balsas (AM) fazem parte do avanço da fronteira da soja na Amazônia. Acreditamos que os lugares constituem formas singulares e diferenciadas de ordenamento territorial no seio das práticas gerais e socioespaciais das corporações.

3- As transformações socioespaciais da área de estudo

Apesar de serem lugares descontínuos, as áreas selecionadas são parte integrante d e processos de ordenamento territorial promovido pelas corporações, ao longo do avanço da fronteira da soja na Amazônia.

Uma das dimensões espaciais do modelo de implantação da soja na Amazônia se assenta, de um lado, na concentração fundiária, incentivos fiscais, impactos socioambientais, desterritorialização e marginalização de grupos sociais. De outro, na constituição de um modo de (re)produção do espaço agrário em que a técnica, as redes políticas e as políticas territoriais são elementos de importância na transformação do uso do território.

Apesar de ser uma área homogênea no imaginário coletivo, a Amazônia é singular, mas diferenciada internamente, constituindo diversas amazônias (Gonçalves, 2001), tanto do ponto de vista da diversidade de ecossistemas quanto de grupos sociais. Logo, as amazônias dos cerrados e as amazônias das florestas apresentam características próprias, que condicionam práticas de apropriação e reprodução de territórios. Poder-se-ia pensar que essa diversidade contribuisse para a valorização de diferentes usos da terra. Mas, ao contrário, o avanço da pecuária e da agricultura de exportação sufoca o uso de sistemas produtivos alternativos.

De acordo com Veiga et al (2004), a predominância de pastagem se verifica na ocupação de mais de 80% da área desmatada na Amazônia, isto é, 10% da região são ocupadas por pastagem. Este avanço marginalizou diversos grupos sociais, impondo uma reestruturação produtiva sustentada pelas inovações técnico-científicas e intenso processo de constituição de territórios corporativos.

Após 1970, as políticas territoriais do Estado, a recessão mundial, a importação do pacote tecnológico da Revolução Verde e a integração física do território, bem como os problemas fundiários e os impactos da modernização da agricultura são alguns dos fatores que têm possibilitado a substituição dos ecossistemas florestais por sistemas agropecuários na Amazônia. Com efeito, a área desflorestada tem se expandido continuamente. De 1990 até 2000, na Amazônia Legal, a área acumulada de desflorestamento aumentou de 41,5 milhões de hectares para 58,7 milhões, de acordo com IBGE (Dantas e Fonteles, 2005). Trata-se de um nítido processo de expansão da fronteira agrícola capitalista. A implantação de novos eixos de exportação na Amazônia tem contribuído para essa dinâmica espacial.

Com efeito, configura-se, na área de estudo deste projeto, a expansão da agricultura capitalizada e capitaneada por grupos multinacionais. Cultura tecnicizada, de alto custo financeiro e exigente de amplas terras, a soja é o objetivo de cultivo de um grupo de produtores agrícolas, sobretudo do sul do país e do Centro-Oeste, e de empresas representantes do agronegócio. A velocidade acelerada de expansão da lavoura é um dado a ser observado. Assim sendo, a cultura se instala em áreas cerrado e de matas, como é o caso de Santarém (PA), onde a soja é plantada tanto na várzea quanto na terra firme. Em Humaitá, a soja se expande sobre os chamados "campos naturais".

Ao longo dos últimos 20 anos, a expansão da lavoura mecanizada da soja na Amazônia tem se deslocado geograficamente em direção à floresta. Dos campos do cerrado e de matas do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Rondônia, Amazonas e Pará, compõe-se uma área de lavoura quase contínua na Amazônia Meridional. Vias de regra, essas áreas estão inseridas nos grandes eixos de circulação da região. Ao lado da concentração fundiária, de renda e dos sistemas produtivos, este processo leva à marginalização de grupos sociais, resultando no movimento da fronteira agrícola e do desmatamento.

Em linhas gerais, a caracterização da área de estudo revela localidades que, ao longo dos últimos 30 anos, têm passado por processos de reestruturação produtiva, com significativa problemática social. No cerrado amazônico, o cultivo de soja em Mato Grosso e Tocantins se iniciou com os programas POLOCENTRO e PRODECER III, respectivamente. Grandes empresas, tais como a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), BUNGE, CARGILL, ADM e ANDRE MAGGI foram fundamentais no estímulo ao cultivo. Em Querência (MT) e Pedro Afonso (TO), novas áreas de cultivo da soja, a presença do Grupo André, BUNGE e CARGILL é significativa no financiamento e comercialização da produção. No Tocantins, vale também destacar a JICA, Agência de Cooperação Internacional Japonesa. No Pará, Santarém tem sido favorecida pelas condições logísticas da BR-163 (Cuiabá-Santarém), da existência de jazidas de calcário dolomítico e da instalação de um terminal portuário da Cargill. Em Humaitá (AM) e Vilhena (RO), o Grupo André tem confirmado domínio na fronteira noroeste do país.

O resultado de tais práticas se revela no papel de Mato Grosso, que se constitui maior produtor de soja da Amazônia e do Brasil, com 25% da produção nacional, de acordo com a SECEX (2003). As maiores áreas de produção de soja mato-grossense se concentram no Sul e Chapada dos Parecis, bem como no eixo da BR-163. Atualmente, o

desflorestamento e a expansão da lavoura se afirmam nas mesorregiões Norte e Nordeste, onde se situam as áreas do bioma amazônico de porte florestal, i.e., zona de transição cerrado-floresta. Querência se situa nesta zona.

A participação dos demais estados amazônicos (AM, RO, TO, PA e MA) na produção de soja ainda é pequena (1,9% da produção em 2000 e 2% da área plantada do país). Mas as taxas de crescimento da lavoura são altas. Entre 1993 e 2000, esses estados tiveram cerca de 25,5% ao ano em média, destacando-se Tocantins e Maranhão. A expansão da área plantada foi de 390% no período, conforme dados do IBGE (Rodrigues, 2004:165). Com efeito, pólos de expansão da soja estão se consolidando na Amazônia, a saber:

1. Tocantins: as principais áreas são Pedro Afonso e Campos Lindos. Outras áreas apresentam potencial, tais como Guairá e Mateiros.
2. Em Rondônia, as áreas definidas foram estimuladas pela constituição da hidrovia do Madeira, sob a égide do Grupo André Maggi. O zoneamento econômico-ecológico do estado sinalizava para áreas de produção de grãos em Vilhena, Cerejeiras, Machadinho do Oeste, etc.
3. No Amazonas, a produção se concentra nos pólos de Humaitá, Lábrea e Itacoatiara, a partir da influência da hidrovia do Madeira, que reduz o custo de escoamento da produção.
4. No Pará, há 3 pólos principais: Paragominas, Santarém e Sul do Pará. As infra-estruturas de transporte, as condições naturais e pesquisa de novas variedades de soja são alguns dos fatores de expansão da lavoura.
5. No Maranhão, Balsas é o principal pólo produtor, a partir do Prodecir, o Programa de Colonização Geral de Balsas, na década de 1980, em área de influência da ferrovia Norte-Sul.

Os investimentos em infra-estrutura podem ser considerados um dos principais requisitos à expansão da lavoura, ao reduzir custos de transporte e a dependência dos portos de Paranaguá e Santos. Vale destacar na área em estudo dois eixos de transporte. De um lado, o corredor Noroeste articula as rodovias BR-163 (Cuiabá ao porto de Santarém) e BR 364- (Cuiabá a Porto Velho) até o porto de Itacoatiara via hidrovia do Madeira. Vilhena e Humaitá estão sob a influência desse corredor. De outro, o corredor Centro-Norte é composto por dois eixos de integração: 1) rio Tocantins-Ferrovia Norte-Sul- Ferrovia Carajás-Porto de Itaquí (MA); 2) rio Araguaia-trecho da rodovia entre Xambioá até Estreito-Ferrovia Norte-Sul-Ferrovia Carajás-Porto de Itaquí (MA). Pedro Afonso e Querência são áreas de influência desse corredor ainda em consolidação.

O papel do Estado, das corporações e os problemas inerentes à dinâmica do espaço agrário brasileiro e da economia global projetam nessas localidades uma ordem territorial representativa da fronteira contemporânea. Com já é sabido, a fronteira da soja já ultrapassou o cerrado e hoje se estende sobre campos do Amazonas e áreas de florestas do Pará, Mato Grosso e Rondônia, conforme assinalam Carvalho (1999), Becker (2005), entre outros.

A expansão da soja na Amazônia tem possibilitado significativa transformação nos usos do território. Após trinta anos, desde os programas de pólos de desenvolvimento para o cerrado, POLOCENTRO e PRODECER, verifica-se que o cultivo da soja se expandiu por diversas áreas do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. A partir de incentivos fiscais, via políticas territoriais e com forte participação de corporações, a modernização da agricultura e os problemas sociais dela decorrentes são alguns dos fatores responsáveis pelo avanço da fronteira agrícola da soja.

Hoje, programas como o "Brasil em Ação", estimulando parcerias com iniciativa privada, contribuem para a instrumentalização do território, ao projetar na Amazônia novos eixos de escoamento da produção de grãos. Logo, corredores multimodais, tais como a hidrovia Madeira, hidrovia Araguaia-Tocantins e eixo rodoviário BR-163 até porto de Santarém se constituem algumas das condições logísticas para a expansão da fronteira agrícola.

A instalação de tais eixos tem possibilitado à Amazônia transformações das formas tradicionais do uso do território, a partir do recuo de atividades de extrativismos e da agricultura camponesa. Normalmente, ao longo desses eixos é que se verificam os avanços e impactos socioambientais da lavoura de soja.

Depois de se expandir sobre áreas de cerrado, a fronteira agrícola capitalista encontrou na floresta sua mais nova área de expansão. Com financiamento de grandes empresas, como a CARGILL, BUNGE, ADM e André Maggi, a lavoura da soja cresce em diversas porções territoriais da Amazônia.

Neste projeto, as áreas escolhidas para a realização da pesquisa são consideradas fronteiras consolidadas ou em consolidação. A idéia foi selecionar localidades nos estados da Amazônia Legal, a fim de verificar aspectos singulares e gerais da atuação das corporações, ao longo do avanço da soja na região.

Em linhas gerais, a incorporação da Amazônia na dinâmica extensiva da fronteira agrícola da soja se insere no contexto de integração de áreas à economia nacional e internacional. Assim sendo, parcelas selecionadas da Amazônia funcionam num espaço globalizado, apenas localizadas regionalmente. A escolha de localidades visa a revelar uma realidade regional diferenciada, complexa, multifacetada, que produz várias Amazonas com suas peculiaridades delegadas por práticas de controle socioprodutiva capitaneadas por corporações multinacionais. Neste sentido, a fronteira da soja, provoca menos uma reestruturação de uso do território e mais uma integração de áreas às redes mercantis, produtivas e financeiras globais.

No Pará, a proximidade com mercados da Europa e Ásia e terras a preços acessíveis, bem como a proposta de pavimentação do trecho paraense da rodovia BR-163 e a instalação de terminal portuário de corporações como a Cargill têm contribuído para um fluxo migratório de sulistas e agricultores do Centro-Oeste para localidades de Santarém. Vale ressaltar ainda as pesquisas da Embrapa, desde 1994, na busca de variedades de sementes adaptadas às condições edafoclimáticas locais. Além disso, a presença de calcário e fosfato, em solo paraense, constitui vantagens comparativas e estímulos à consolidação da lavoura de soja.

A safra de grãos representou 72% da arrecadação municipal, em 2003, conforme o Banco da Amazônia S/A. Em 2004, a área plantada com soja correspondia a 18 mil hectares, conforme informações de Secretaria Municipal de Agricultura. Em Santarém, a soja está sendo introduzida na segunda safra, em rotação com a cultura do arroz. Com resultado de tais transformações, a grilagem, os problemas socioambientais e a valorização das terras são alguns dos resultados em curso.

Em linhas gerais, a região de influência da Br-163 (Cuiabá-Santarém) desponta como uma das mais estratégicas áreas de interesse de corporações na expansão da produção e comercialização de grãos. No Pará, além de Santarém, merecem destaque Paragominas e Redenção como pólos sojicultores do estado.

No Amazonas, a expansão da soja faz parte de diversas políticas territoriais: Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, Zona Franca Verde e Fundação de Amparo à Pesquisa. Vale ressaltar ainda a instalação da hidrovía do Madeira, a fábrica de esmagamento de soja em Itacoatiara e os financiamentos do Banco da Amazônia. De qualquer modo, a participação de corporações, tais como o Grupo André Maggi, assume relevância no uso dos campos abertos do Humaitá, Manicoré, Canutama e Lábrea, numa área superior a 700 mil hectares. De 1999 até 2004, a área de soja de Humaitá passou de 545 para 2.589 hectares, conforme dados do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas), órgão do governo estadual.

Ao lado de Humaitá, em Vilhena (RO) a expansão da soja tem se realizado a partir da constituição do corredor multimodal da hidrovía do Madeira, ligando a rodovia BR-364 até Porto Velho. De lá, via hidrovía, a produção de grãos é direcionada ao porto de Itacoatiara, no Amazonas. Nestas áreas, o Grupo André Maggi possui imenso controle sobre a produção regional via financiamento e comercialização de grãos, através do terminal portuário da hidrovía que lhe pertence. A construção desta hidrovía barateou o preço do frete em relação ao transporte de grãos até os portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP). Por fim, a fábrica de esmagamento de soja do Grupo André Maggi e o plano de instalar uma fábrica de óleo de soja em Itacoatiara (AM) são fatores correlatos à expansão da lavoura de grãos.

O controle da produção de soja em Rondônia efetiva-se pelas políticas das corporações Cargill e Grupo André Maggi, na medida em que controlam a compra dos grãos de soja, mediante uma série de estratégias que incentivam o avanço da produção, tais como financiamento e marketing. Essas estratégias se fortalecem, fluindo pelo sistema de rede, através de fluxos de informação, de transportes, de serviços especializados para a melhoria da qualidade da soja e pelo sistema de "créditos" que garantem a compra da soja no processo de produção da mesma "soja verde" (Nunes et al, 2004).

Na política de incentivo do plantio de soja, as empresas oferecem uma série de serviços agrônômicos especializados e insumos agrícolas aos produtores que se comprometem a vender a produção às mesmas, garantindo o controle da qualidade do grão de soja e sua comercialização.

O território tende a aumentar sua densidade técnica (serviços especializados, pesquisas e logística), metamorfoseando para o que Milton Santos chamou de espaços da globalização (SANTOS, 1996). Assim, a expansão da soja em Rondônia se explica pela transformação do espaço em sua materialidade técnica, capaz de concretizar lógicas estranhas ao local, mas que, dialeticamente, são funcionais à acumulação capitalista. De um modo geral, Humaitá, Vilhena e Chapada dos Parecis fazem parte do corredor multimodal constituído pelo Grupo André Maggi (Cartograma 1, Nunes et al, 2004).

No Mato Grosso, Querência, município localizado no Vale do Araguaia (MT), tem sido uma das mais importantes áreas de expansão da lavoura da soja. Da safra de 2002/3 para 2004/5, a área plantada aumentou de 65 para 180 mil hectares de soja.

Com é sabido, no final da década de 1970, o nordeste do Mato Grosso foi inserido no processo de expansão da fronteira agropecuária do país. Para tanto, projetos de colonização foram implantados em várias localidades no Vale do Araguaia, tais como em Luciara e Canarana. Centenas de glebas foram distribuídas e ocupadas por gaúchos, em

função dos impactos da modernização da agricultura na Região Sul. Migrar para o Centro-Oeste, para a Amazônia, numa região ainda inexplorada, mas ao mesmo tempo destinada a um projeto de colonização, foi a solução encontrada para pequenos produtores no Sul do país.

De início, a lavoura por excelência era a de arroz e a pecuária a base de ocupação dos campos de cerrado. Cidades foram criadas como Tapiraguaiá (MT). No entanto, ao lado dos projetos de colonização, o Estado financiou a compra de terra para grandes grupos financeiros do país, tais como os Bancos SANTANDER, SAFRA, ITAU etc. As dificuldades de acesso aos grandes mercados, em face da precária rede de transporte e os altos custos de abertura de lavouras de grãos, as terras desses grandes grupos foram deixadas de lado durante todo o final do século XX. Nos últimos cinco anos, corporações do setor de agribusiness (CARGILL, BUNGE Y BORN, e ANDRE MAGGI, etc) têm se apropriado dessas terras, num nítido processo de reconcentração fundiária e de corporatização do território.

Em Querência, o Grupo André Maggi, em 2002, adquiriu 82 mil hectares. A substituição das pastagens que ocupavam a fazenda Tanguro, ex-propriedade do Banco Santander, pela soja revela um domínio da corporação e a projeção da área plantada pelo grupo e da instalação de um armazém graneleiro, fixo importante no controle da produção de grãos.

O Tocantins acompanha a tendência de expansão da fronteira da soja. A produção cresceu 72,74% em 2004, em relação à safra do ano anterior, conforme os números divulgados pelo IBGE. Em 2003, a produção de grãos do estado foi de 377.638 toneladas. No ano seguinte, 652.322 toneladas, o que colocou o Estado no grupo dos dez maiores produtores nacionais de soja. O município que mais produziu soja no período foi Pedro Afonso, quase 100 mil toneladas.

A safra de soja 2004/2005 no Corredor de Exportação Norte, que compreende os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, cresceu 75,3% em relação à safra anterior, quando foram colhidas 1,685 milhão de toneladas, segundo dados da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (Fapcen).

A área plantada também apresenta avanço significativo no Corredor de Exportação Norte. Para a safra 2004/2005, o Maranhão, Piauí e Tocantins plantaram 837.025 hectares, enquanto na safra anterior, a área plantada totalizou 649.669 hectares, aumento de 77%. Já a colheita de soja da safra atual no Tocantins é de 662,66 mil toneladas. O crescimento da produção foi 56,6% maior do que a da safra de 2003/2004, quando o estado colheu 373 mil toneladas, conforme informações da Fapcen.

O Estado do Tocantins plantou 255.066 hectares para a safra de 2005 - 59% do que o plantado no ano anterior. A produção dos três estados é escoada pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que arrenda um píer no Porto do Itaqui, em São Luís.

A Bunge Alimentos instalou um armazém em Gurupi e promete incrementar a produção de soja na região Sul do Tocantins. A empresa vai promover o fomento agrícola do grão, oferecendo diversas modalidades de financiamento, além de compra antecipada e futura. Além disso, a Bunge possui um posto de recebimento de soja em Porto Nacional. Normalmente, os produtores devem recorrer às tradings, cujos financiamentos são atrelados ao dólar. Além da variação cambial eles pagam 1,4% de juros ao mês. Quanto mais subir o dólar melhor para essas operadoras e pior para o produtor.

No estado do Maranhão, a lavoura de soja se destaca no Município de Balsas. A partir dos anos 80 a corrente de imigrantes sulinos se estabeleceu no centro-oeste brasileiro (cerrado) e chegou ao sul do Maranhão atrás de terras baratas e incentivos fiscais e políticas territoriais, tais como o Prodecet, Programa Corredor de Exportação Norte, Pólo Agroindustrial do Sul Maranhense, Companhia de Promoção Agrícola, etc.

O corredor de exportação, principalmente através das rodovias e portos (Itaqui), está contribuindo para a crescente escala de evolução econômica da parte meridional do Maranhão. Atualmente, a soja se expande para os municípios de Tasso Fragoso, Nova Colina, Riachão, Sambaíba, Alto Parnaíba, dentre outros. A área plantada com soja foi expandida por áreas que em ocupação antiga eram atribuídas às seguintes culturas: plantio de arroz, algodão e milho. No Maranhão, a região Sul do estado, responde por mais de 90% da produção, conforme informações da Fapcen, para o ano de 2004.

A economia de Balsas (maior município em termos de produção de soja) está pautada no setor agrícola. As culturas básicas de cultivo são a soja e o arroz, que fizeram e fazem da região a maior área agrícola do estado. A soja produzida na região de Balsas, no Maranhão é transportada através da Ferrovia Norte-Sul, um empreendimento do Programa Avança Brasil. O pátio de embarque de grãos fica na cidade de Porto Franco, no sul do Estado e já conta com duas empresas instaladas, Ceval e a Cargill, que investiram na construção de armazéns e silos para estocagem e comercialização de grãos. O porto de embarque de grãos em Porto Franco (MA) é de propriedade da Valec, empresa responsável pela construção da Ferrovia Norte-Sul.

A soja embarcada em Porto Franco segue para Açailândia pela Ferrovia Norte-Sul. A partir daí é transportada nos vagões da Ferrovia de Carajás até o porto de São Luís de onde é exportada para Europa e Ásia.

Em 2005, a Fertimport, empresa do grupo Bunge, líder em logística portuária no Brasil,

decidiu instalar uma filial em São Luís. O objetivo é intensificar os negócios na região, de início com o agenciamento de navios de clientes que atuam em todo o Complexo Portuário de São Luís. O Grupo Bunge possui ainda uma unidade industrial da Bunge Fertilizantes, localizada em São Luís, que deve importar este ano algo em torno de 180 mil toneladas de insumos para fertilizantes; além da Bunge Alimentos, que prevê exportar aproximadamente um milhão de toneladas entre de grãos e farelos de soja pelo Terminal de Ponta da Madeira, onde tem silos de armazenagem. O farelo é um subproduto do esmagamento da soja da unidade de Uruçuí, no Piauí.

No pólo agrícola de Balsas, onde a diretriz da ferrovia já está em funcionamento, novos empreendimentos estão surgindo como a indústria de fertilizantes do Grupo Hydros-Trevo, já implantada. Da mesma forma, o pátio Multimodal de Porto Franco (MA) abriga as tradings Bunge, Cargill e Multigran, empresas que atraídas pelas oportunidades ofertadas pelo transporte ferroviário investiram em instalações para operações de carga, transbordo e armazenagem de grãos.

Em resumo, a análise da borda da fronteira agrícola da Amazônia traduz as transformações por que passa a ordem econômica planetária e o fortalecimento das corporações frente ao poder público nas suas diversas instâncias

Considerações finais

Conforme lembra Touzard (1995), as empresas se definem por uma dupla inserção nos lugares - em setores de atividades e em um território. Essa inserção é tributária de processos de desterritorializações e reterritorializações de atores e práticas sociais. Na sociedade capitalista contemporânea, as corporações são agentes extremamente poderosos de reorganização territorial. A busca de lugares e regiões privilegiadas com diferentes processos de trabalho concreto e redes técnica e política está na base da logística das corporações. Logo, localizações e interações definem a escala espacial de atuação da corporação.

Do ponto de vista do ordenamento territorial, as corporações agroempresariais organizam o território em rede densa, ramificada, envolvendo localizações em áreas e pontos, tais como lavoura, armazéns, cidades, portos, hidrovias, ferrovias, etc. Tal rede de fluxos variados e multidirecionados articula atividades múltiplas da corporação e dela com outras tradings.

No caso do avanço da soja na Amazônia, a manifestação espacial concreta da corporação são territórios produtivos e organizados em redes produtivas e políticas, formando territórios corporativos. O controle da rede logística de transporte, a subordinação da renda dos produtores aos esquemas de financiamento, o estímulo à fragmentação política de municípios, a constituição de redes políticas, e a difusão de valores e símbolos de processo civilização inerente à dinâmica capitalista são alguns dos processos em curso na Amazônia. Em termos socioambientais, temos o reforço ao desmatamento, a expropriação do pequeno produtor, seja pela via legal ou ilegal de desapropriação e privatização das terras, seja pelo impacto sobre os recursos hídricos que sustentam comunidades ribeirinhas residentes nos vales e várzeas.

A princípio parece-nos difícil pensar que a corporação abre a fronteira a soja na Amazônia. Porém, a inserção de tais atores no fomento ao cultivo de grãos construiu para o deslocamento de produtores do cerrado e do sul do país em direção à Amazônia, criando condições de instabilidade social típica do espaço-tempo da fronteira.

Neste artigo, os lugares escolhidos são diferentes, mas sujeitos a mesma ordem de processos sociais, econômicos, políticos e simbólicos que respondem pela inserção da Amazônia no circuito sócio-produtivo-financeiro da soja, em escala planetária. A força dos lugares parece ainda impactada pela ideologia do desenvolvimentismo atribuído à lavoura da soja. De qualquer modo, os movimentos sociais dos excluídos ou inseridos precariamente na fronteira já é uma realidade. A mobilização dos Povos da Floresta e dos Povos do Cerrado constitui uma resposta e demanda para a permanência de modos de vida alternativos e tradicionais que têm construído para um menor impacto negativo sobre os biomas do cerrado e da floresta equatorial. Nesse campo de forças entre grandes produtores, corporações e campesinato, a fronteira móvel da Amazônia parece perder fôlego, em face das territorialidades que resistem à corporatização dos territórios, mas o processo está em curso. Daí a importância do debate acadêmico e social sobre as formas de apropriação e produção de territórios em áreas frágeis do ponto de vista socioambiental, mas ricas de possibilidades alternativas ao ordenamento territorial das corporações.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Aubertin, Catherine (org). Fronteiras. Brasília/UNB, Paris:ORSTOM, 1988, pg. 60-89.

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio, Rio de Janeiro:Garamond, 2004.

BECKER, Bertha. "Geopolítica da Amazônia", Revista Estudos Avançados, 19(53):71-86, São Paulo:USP/Instituto de Estudos Avançados, 2005.

CARVALHO, Renata. A Amazônia rumo ao ciclo da soja. Amazônia Paper 2, Amigos da Terra. Programa Amazônia, Ano 1, setembro 1999.

DANTAS, Tennyson Martins & FONTELES, Lidiane Vidal. Avanço da Fronteira Agrícola na Amazônia. Fundação Konrad Adenauer, 2004. <http://www.adenauer.org.br/>

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo:Contexto, 2001.

IBGE. Produção Agrícola Municipal. <http://www.sidra.ibge.gov.br>

NUNES, Dorisvalder Dias et al. Espaços da Globalização e Sistemas de Redes: a soja em Rondônia. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geografia. Goiânia:AGB, 2004.

PAULILLO, Luiz Fernando. Redes de Poder e Territórios Produtivos. São Paulo:UFSCAR, 2000, 200p.

RODRIGUES, Ricardo Leonardo Vianna. Análise dos fatores determinantes do desflorestamento na Amazônia Legal. Tese de Doutorado em Engenharia. Rio de Janeiro:UFRJ, 2004.

SECEX. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet. <http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira, Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988, 250p.

TOUZARD, J.M. Regulation sectorielle, dynamique régionale et transformation d'un système productif localise: exemple de la viticulture languadocienne. In:ALLAIRE, G. BOYER, R. La Grande Transformation de L'agriculture. Paris,França:Econômica, 1995, pg.293-321.

VEIGA, Jonas Bastos da et al. Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia. Brasília:UNB, 2004.

